



Relações de trabalho e exploração capitalista na Amazônia

Labor relations and capitalist exploration in Amazonia

Danielson Corrêa Leite, Mestre, UFPA, danielsonleite@gmail.com;

Resumo

Este artigo visa compreender como o avanço do capitalismo sobre economias não capitalistas afeta as relações de trabalho na Amazônia. Têm como ponto de partida o estudo de caso da comunidade ribeirinha Santo Ezequiel Moreno, localizada no interior do município de Portel/PA, nas décadas de 1970/80. A metodologia utilizou a abordagem qualitativa, englobou o método de Marx e expôs os procedimentos para a exposição do objeto. Desenvolvemos os conceitos que apreendemos na pesquisa de campo: gênero, parentesco e jornada de trabalho vinculado a determinadas relações de trabalho e de troca de mercadorias. Na síntese e discussão dos resultados pudemos constatar a convivência contraditória de relações de trabalho capitalistas e não capitalistas. As conclusões revelam que as relações de trabalho envolviam exploração da força de trabalho em formas atípicas ao capitalismo.

Palavras-chave

Trabalho. Relações de trabalho capitalistas e não capitalistas. "Atravessador". Amazônia. Economias não capitalistas.

Abstract

This article aims to understand how the entry and advance of capitalism into non-capitalist economies affects labor relations in Amazonia. As a starting point, we conducted a case study in the Santo Ezequiel Moreno riverine community, located in the interior of the municipality of Portel, PA in the decades of 1970/80. We used a quantitative methodological approach, which encompassed Marxist methods and exposed procedures for object exposure. We developed the following concepts revealed by field research: gender, kinship and working time linked to certain labor relations and commodity exchange. In the synthesis and discussion of our results the contradictory coexistence of capitalist and non-capitalist labor relations is highlighted. We conclude that labor relations involved exploitation of the labor force in forms atypical to capitalism.

Keywords

Work. Capitalist and non-capitalist labor relations. "Middleman". Amazon. Non-capitalist economies.

1. Introdução

Este trabalho é parte da nossa dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. A tarefa de que nos ocupamos é realizar um estudo de caso da comunidade Santo Ezequiel Moreno localizada no interior do município de Portel, no Marajó, estado do Pará.

Empreendemos esta pesquisa para fazer uma crítica às relações de trabalho na Amazônia sob o comando dos interesses capitalistas. A crítica é necessária para fortalecer mecanismos de luta contra a exploração vivenciada por uma miríade de comunidades tradicionais na Amazônia que enfrentam, cotidianamente, relações de trabalho sob o mando de interesses capitalistas.

A pesquisa analisou nas décadas 1970/80, naquele local, o desenvolvimento marcado por uma intensa apropriação da natureza de forma predatória, mediada por “atravessadores” e empresas capitalistas do ramo do palmito da *euterpe oleracea Mart* (açai). Nesse sentido, nosso problema de investigação pode ser formulado da seguinte maneira: como o avanço do capitalismo em territórios não comandados pelo capitalismo afeta as relações de trabalho na Amazônia? A importância desse problema de investigação é imprescindível para compreender os processos de exploração da força de trabalho na Amazônia. Historicamente tem se constatado na região (FIALHO NASCIMENTO, 2006), a exploração da força de trabalho e da apropriação privada dos recursos naturais.

Luxemburgo (1970) traz elementos teóricos que nos ajudam a pensar a Amazônia enquanto um território de intensas disputas em torno de bens de uso comum (ALMEIDA, 2004), necessários tanto para a manutenção material de comunidades tradicionais, quanto para a acumulação de capital.

Partimos do pressuposto de que para acumular capital, necessitamos da mediação de relações de trabalho. Na sociedade capitalista vige o trabalho assalariado. Desse modo, podemos dizer que todas as relações de trabalho capitalistas são assalariadas? Nesse ponto discordamos, pois, acreditamos que o avanço do capitalismo sobre territórios não dominados pelo capital contribui com a produção de mais-valia.

Para um território não dominado pelo capitalismo contribuir com a produção de valor, não necessita, necessariamente, de relações de trabalho assentadas no assalariamento. Além disso, os instrumentos de trabalho nesses territórios pertencem aos trabalhadores, o que, na lógica capitalista, é impensável.

O objetivo da pesquisa é tentar compreender como eram mantidas as relações de trabalho entre “atravessadores” e empresas capitalistas do ramo do palmito do açaí, nas décadas de 1970/80 naquele território. Neste caso, a pesquisa foi realizada através de entrevistas com os trabalhadores das atividades econômicas da comunidade Santo Ezequiel Moreno que vivenciaram a exploração intensiva do palmito nas décadas de 1970/80 por empresas capitalistas e “atravessadores”.

Com efeito, o estudo de caso, um método de investigação, central em nossa pesquisa, possibilitou a manifestação de falas e saberes de trabalhadores extrativistas, moradores da comunidade, que vivenciaram relações de trabalho capitalistas num determinado território não dominado pela economia capitalista.

A metodologia consta o método de investigação assentado na teoria marxiana. Utilizamos a abordagem qualitativa expressa na oralidade dos entrevistados. Os dados das entrevistas estão impingidos de simbologias, tradições, relações de trabalho que implicam valores secularmente construídos.

O método de estudo de caso fora apropriado para investigar os lócus da pesquisa, aprofundando as reflexões sobre como as relações de trabalho na Amazônia são afetadas pelo capitalismo. Através deste método, coletamos dados da realidade empírica do nosso objeto, através do resgate da memória de trabalhadores extrativistas.

O processo de entrevistas realizadas no período de 13 a 25 de janeiro de 2018 possibilitou nos aproximarmos do objeto. O critério para a escolha dos entrevistados teve como foco os trabalhadores das atividades econômicas da comunidade Santo Ezequiel Moreno que vivenciaram a exploração intensiva do palmito do açaí nas décadas de 1970/80 por empresas capitalistas e “atravessadores”. Além disso, nossos entrevistados eram também os moradores mais antigos da comunidade.

O artigo está estruturado em três partes:

A primeira é uma aproximação teórica ao problema da pesquisa que objetiva entender as relações de trabalho sob o comando do capital, expressando contradições na Amazônia, que convive com territórios não dominados pelo capitalismo. Na segunda parte encontramos a exposição dos dados da pesquisa de campo, embasadas na oralidade dos nossos entrevistados. Na terceira parte realizamos a análise crítica dos dados expostos e confrontamos com nosso conhecimento teórico. Nas considerações finais empreendemos uma síntese das principais conclusões que abordamos.

2. Relações de trabalho, capitalismo e natureza na Amazônia

O trabalho se constitui enquanto protoforma da sociabilidade humana (LUKÁCS, 2013). Ele só existe em relação com o outro. Relações de trabalho não são homogêneas, mas sim, permeadas pela cultura e pelas determinações a que se destina o produto do trabalho. Em todas as sociedades, o trabalho é mediador entre o homem e a natureza (MARX, 2013). As relações de trabalho, assim, são constitutivas das relações sociais. Essas relações envolvem aspectos políticos, religiosos, éticos, filosóficos e culturais, que acabam determinando a forma e a destinação do produto do trabalho.

No capitalismo, as relações de trabalho são apenas a condição para a ampliação do capital e riqueza pessoal do capitalista, através da exploração da força de trabalho. Para um trabalhador assalariado, explorado pelo capitalista, as relações de trabalho são fundamentais para manutenção de sua vida e de sua família, sua subsistência. Para um trabalhador extrativista não assalariado, as relações de trabalho, também são fundamentais para manter sua subsistência.

Para Luxemburgo (1970), o avanço do capitalismo tem tendência histórica em transformar territórios não capitalistas em domínio do capital. As relações de trabalho, assim, modificam-se, a natureza é apropriada privadamente e as relações sociais são postas no terreno das lutas de classes.

A gênese e desenvolvimento da sociedade capitalista revela que o capital sempre necessitou de territórios não capitalistas. Neste sentido, para se afirmar, o capital utilizou métodos de expropriação e violência que tiveram no camponês seu principal alvo. As terras feudais sendo paulatinamente transformadas em pastagens para ovelhas revela que o capital necessitava extinguir os produtores diretos que não obedeciam a controles externos (MARX, 2013; POLANYI, 2000).

Marx (2013) ao fazer uma análise do processo de expropriação do camponês de suas terras na Inglaterra levava em consideração o poder do capital para expropriar o trabalhador de sua terra. Apropriadas pela burguesia em ascensão, tanto a terra quanto a força de trabalho do camponês, que se transformava agora em operário, foram essenciais para a afirmação do capital. Marx tratou desse processo para mostrar que a gênese e o desenvolvimento do capitalismo necessitavam da “acumulação primitiva”. Sobre isso, Luxemburgo (1970, p. 298; 304-305) faz uma crítica à Marx – por este ter considerado a “acumulação primitiva” apenas naquele período histórico de gênese do capitalismo –, afirmando que até hoje o capitalismo

ainda se utiliza desse tipo de método para acumulação ampliada de capital. Nesse sentido, a acumulação de capital “não pode ser explanada sob a hipótese do domínio exclusivo e absoluto da forma de produção capitalista, já que, sem os meios não-capitalistas, torna-se inconcebível em qualquer sentido” (LUXEMBURGO, 1970, p. 304-305).

As relações de trabalho na Amazônia, não estão isentas dessa lógica contraditória expressa por Luxemburgo (1970). Historicamente determinadas pela inserção subordinada da região na ordem econômica mundial (FIALHO NASCIMENTO, 2006) e por relações de trabalho tradicionais que expressam valores e crenças construídas secularmente que, contraditoriamente, convivem em tensão com relações de trabalho sustentado na exploração do homem pelo homem (CASTRO, 1999; FIALHO NASCIMENTO, 2006).

As populações tradicionais presentes na Amazônia que se apropriam da terra e dela são dependentes, dispõem de condições técnicas e sociais que dizem respeito a uma configuração específica da relação dos homens com a natureza e a configuração dos homens entre si (LUXEMBURGO, 1988, p. 8). Ou seja, condições que são imprescindíveis à reprodução social, são necessárias, também, à acumulação de capital. Luxemburgo chama atenção para o fato das sociedades não capitalistas produzirem mercadorias apenas para o consumo, isto é, mercadorias simplesmente destinadas à satisfação de necessidades sociais. Porém, para a autora, as sociedades não capitalistas possibilitam a acumulação ampliada do capital. A gênese da comunidade Santo Ezequiel dispôs de força de trabalho e os meios de produção necessários para obtenção de matéria-prima para produção de mercadorias, que foram realizadas na circulação.

As comunidades ribeirinhas amazônicas, por exemplo, dispõem de territórios de uso comum que podem ser utilizadas para a acumulação de capital, pois são terrenos de disputa e conflito (ALMEIDA, 2004, p. 25). O uso da força de trabalho local e a apropriação dos recursos naturais evidenciam essa tendência do capitalismo contemporâneo, denominada, por Harvey (2014, p. 115; 148), de exploração por espoliação.

Na Amazônia brasileira podemos acompanhar esse processo de exploração por espoliação através de vários estudos de casos presentes em edições do “Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia”⁴. Processos que vão desde apropriação indevida e ilegal de recursos naturais, até mesmo deslocamentos forçados, expressos em expropriação de

⁴ Várias publicações podem ser consultadas no seguinte endereço eletrônico disponível em <http://novacartografiasocial.com.br>.

comunidades inteiras de seus territórios de uso comum. O capital, portanto, não pode prescindir de uma região que se configura por ser um dos sustentáculos da produção em larga escala de mercadorias, contendo uma importante massa de capital constante sempre disponível de forma rentável para a produção de mercadorias.

Pensar as relações de trabalho na Amazônia, portanto, implica compreender a lógica contraditória que move o capital na direção de territórios não capitalistas. Nesse caso, não é possível entender que haja a determinação salarial e o controle dos meios de produção e do ritmo de trabalho por parte do capitalista. Em territórios não capitalistas os instrumentos e a gestão do trabalho são controlados pelo indivíduo que pertence àqueles espaços. Entretanto, a mediação do mercado capitalista na Amazônia implica um espaço que propicia a acumulação de capital e, concomitantemente, a subsistência de grupos culturais. Ademais, vai depender de como se explicitam essas contradições em territórios não capitalistas para o desenvolvimento das relações de trabalho.

Outras formas de extração de mais-valor, diferentes do trabalho assalariado, são gestadas por empresários que as utilizam para se apropriarem de excedentes naturais, matérias-primas, que são extraídos por trabalhadores extrativistas em determinados territórios. Estes trabalhadores, além de venderem a capacidade de trabalho, por determinada jornada, usam-na no seu próprio território e empregam seus próprios instrumentos de trabalho.

Para Almeida (2004, p. 3), “o conceito de território está relacionado diretamente à ideia de domínio ou de poder”, isto é, permeado de contradições. Este autor, parte da compreensão que “a categoria território caracteriza-se por conflitos e tensões entre diferentes atores políticos e sociais que exploram um determinado espaço”. Nesse exato sentido, o território traduz-se como “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (comunidade) e os outros (os de fora)” (VILELA apud ALMEIDA, 2004, p. 3).

Segundo Fialho Nascimento (2006) e Fialho Nascimento e Sá (2012), a Amazônia foi historicamente expropriada de suas riquezas naturais e culturais, além disso, carrega uma característica histórica precisa: ser “lucrativa” para o capital por ter uma riqueza natural imprescindível para a produção de mercadorias.

Na Amazônia, o trabalho desenvolvido por populações tradicionais ou organizado em unidades de pequena produção familiar, convivem em tensão com empresas que desejam se

apropriar dos recursos naturais presentes na região (CASTRO, 1999, p. 31). As consequências resultantes do ingresso e da permanência da Amazônia no circuito de produção do valor podem acarretar constantes transformações nas relações de trabalho, que são configuradas pelas contradições da dependência do capitalismo de economias não capitalistas.

A integração da Amazônia à economia e à sociedade nacionais delineia-se a partir dos anos 1950 e é aprofundada nas décadas de 1960 e 1970 [...]. Destinou-se, então, à Amazônia, a tarefa de integrar-se ao mercado nacional como consumidora de produtos industriais e fornecedora de matérias-primas. (MARQUES, 2007, p. 148).

A extração de matérias-primas, nesta região, executada pelos povos das florestas, cumprem um papel importante para o capital, não apenas em tempos de crise do sistema capitalista, isso porque, a internacionalização do capital implica na necessidade de forças compensatórias que objetivem a manutenção da lucratividade média dos capitalistas.

As relações de trabalho, sob a ótica da tese de Luxemburgo (1970), nos sinalizam pensar que os fundamentos dos territórios não capitalistas são suscetíveis a contradições. Na Amazônia, a implantação de outras formas de contrato de trabalho, diferente do assalariamento, pode competir para o estabelecimento de relações de dominação nestes territórios.

Na esteira do pensamento de Rosa Luxemburgo, o estudo sobre a acumulação por espoliação de Harvey (2014, p. 117) pode nos ajudar a pensar nesse processo de subordinação da Amazônia e das contradições nas relações de trabalho nessa região. Segundo este autor, a implicação de que economias não capitalistas deveriam ser forçadas não só a se abrir ao comércio, como o capital deveria ser investido em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terras de baixo custo e, assim, por diante. No entanto, esses processos de exploração a que Harvey se refere não acontecem sem contradições na Amazônia, pois, envolvem a luta política e étnica, as quais tentam impor resistência às tentativas de expropriação das terras tradicionalmente ocupadas e de uso comum dos recursos naturais, como apontado por Almeida (2004).

Nesse sentido, a inserção subordinada da Amazônia na economia mundial, ainda hoje, é configurada por “processos sociais (de exploração, resistência e assimilação) que conformaram a ocupação do espaço amazônico”, engendram e “originaram uma cultura com características próprias” (FIALHO NASCIMENTO, 2006, p. 94). Isso inclui sujeitos que constroem e partilham sentidos sobre a realidade vivida não apenas com a finalidade de

interpretá-la, mas também de transformá-la. Além disso, tais sentidos expressam as suas identidades sociais e culturais e refletem reflexos da estrutura social, da ideologia e da cultura que as sustentam (SCOPINHO *et al.* 2015, p. 139).

Para o capitalista, não importa se ele explora o trabalhador assalariado ou o extrativista não assalariado, mas sim, que aumente constantemente sua riqueza pessoal (MARX, 2013). Nesse sentido, para o capital a forma como ele explora a força de trabalho e se apropria da natureza não tem importância.

As relações de trabalho que são a pedra de toque desta pesquisa não estão assentadas na compra e venda da força de trabalho através de um contrato de trabalho assalariado. Ao contrário, são relações vinculadas a determinado tipo de troca de mercadorias que envolvem dispêndio de determinada quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para retirar matéria-prima da floresta e trocar por dinheiro. Existe, aí, uma jornada de trabalho incluída nesse processo que não é medida pelo tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias e da reprodução do trabalhador, e sim, é determinada pelo tempo da natureza.

Diferente do trabalhador assalariado, as condições de realização do trabalho, os instrumentos de trabalho, pertencem ao trabalhador extrativista mas não o impede que adentre no circuito de exploração capitalista. A força de trabalho do trabalhador extrativista, mesmo sem a mediação do assalariamento, pode ser explorada. Neste caso, a dominação do capital é imposta sobre o trabalhador através de meios atípicos de extração de mais-valia. Nesse sentido, os territórios não capitalistas, em que vivem populações ribeirinhas, são exemplos das contradições que apontamos. As famílias ribeirinhas, além das relações de trabalho no extrativismo, também, vivenciam na agricultura de subsistência, na pesca e na coleta, relações de trabalho contraditórias. Além disso, dependem da manutenção de trocas no mercado mediadas por “atravessadores”.

3. As relações de trabalho na comunidade Santo Ezequiel Moreno nas décadas de 1970/80

Neste capítulo vamos expor uma parte dos resultados da pesquisa de campo da dissertação. As relações de trabalho na comunidade Santo Ezequiel Moreno nas décadas de 1970/80, estavam vinculados a determinadas categorias sociais, como às de parentesco, de gênero e, envolviam determinadas jornadas de trabalho e relações comerciais.

3.1 Parentesco e gênero como mediação de relações de trabalho no extrativismo do palmito

Relações de parentesco determinavam as relações de trabalho na comunidade Santo Ezequiel Moreno, pois era a partir delas – considerando a relação entre gêneros – que eram estruturadas a divisão do trabalho e a distribuição dos produtos do trabalho entre as famílias. Nesse caso, a divisão do trabalho dependia em que família, o membro do grupo se encontrava, o grau de parentesco e se pertencia ao grupo dos casados ou de solteiros.

O papel que cada membro da comunidade desempenhava, dependia das funções executadas na divisão (sexual) do trabalho e na sua característica conjugal, ou seja, os membros casados tinham determinadas funções nas atividades laborais a serem seguidas, bem como os solteiros. Os primeiros (sempre do sexo masculino) deviam manter as condições de reprodução das suas famílias.

O trabalho feminino era bastante significativo, mesmo não sendo dada importância pelos/as entrevistados/as. As mulheres eram responsáveis pelos trabalhos domésticos e pelo “cuidado” com a roça. Cuidavam de plantações diversas (principalmente no cultivo da mandioca), muitas vezes o dia todo. Trabalhavam no manuseio do palmito e não dividiam as tarefas da casa com os homens.

Independente da condição de gênero, todos os integrantes das famílias eram mobilizados para as jornadas de trabalhos, seja aquelas destinadas à extração do palmito ou às atividades da roça. “Eu cheguei para cá bem pequena. Tinha homem e mulher. Eu trabalhava só na roça mesmo. Eu trabalhei no palmito, mas parei de trabalhar porque acabou” (ENTREVISTADO 1, 23/01/2018).

Variava muito quantas pessoas iam tirar o palmito. Da comunidade éramos cinco. Todos homens. As mulheres ficavam na casa, faziam pouco trabalho na roça. Naquele tempo a gente fazia a farinha apenas para o consumo e aí as mulheres não tinham muita atividade na várzea que é um trabalho muito difícil. Poucas mulheres trabalhavam (ENTREVISTADO 2, 22/01/2018).

O trabalho na várzea era o local da floresta onde se cortava a *euterpe oleácea* e retirava-se o palmito (corte do palmito) – a realização de um trabalho bem mais individual que coletivo e destinado aos homens da comunidade. No “centro”⁵ homens e mulheres

5 Para a população local, “centro”, significa a lavoura, o roçado, as plantações, localizadas na floresta.
Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento • Belém • v.13 , nº1 • p. 83-102 • jan-jun 2019

ajudavam-se mutuamente na queima, na roça e no plantio. No entanto, em detrimento da jornada masculina, gasta muitas vezes no extrativismo do palmito, “eram as mulheres responsáveis por cuidar” (ENTREVISTADO 3, 25/01/2018).

Não se podia fazer uma roça sem a solidariedade do grupo, geralmente, sendo realizado através de mutirões. Esses mutirões sempre mantinham o controle sobre o trabalho feminino.

Ele [ENTREVISTADO 3] saía para o mato e eu ficava fazendo o meu trabalho, só fazia mesmo preparar o palmito. Às vezes eu ia para o mato “despalhar”⁶, porque não era acostumada. Na produção da farinha eu ajudava também. Aqui era muito farto [falava do palmito] e se acabou a fatura. O que tinha aqui hoje ninguém via (ENTREVISTADA 4, 25/01/2018, grifo nosso).

Em estudo empírico do extrativismo da mangaba, praticado por mulheres, nas regiões norte e nordeste do Brasil, Mota *et al.* (2008) partem do pressuposto que na divisão sexual do trabalho coexistem dominação, complementaridade e vínculos sociais entre homens, mulheres e crianças nos processos individuais e coletivos que vivenciam no dia a dia do extrativismo.

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho era caracterizada por certo entendimento simbólico do mundo. Esse fato também pode ser explicado pela hierarquia advinda do poder patriarcal e das responsabilidades do “líder do grupo”, protagonizadas pela figura masculina.

O entendimento que os moradores da comunidade tinham, nas décadas de 1970/80, em relação à vinculação do trabalho ao gênero, implicava em gestos e rituais específicos daquela localidade. O trabalho na extração do palmito, predominantemente masculino, escamoteava a presença das mulheres do grupo, enquanto o trabalho doméstico era predominantemente feminino. Na verdade, os homens realizavam trabalhos domésticos e elas participavam, constantemente, das atividades de extrativismo do palmito. Todavia, nas falas dos entrevistados, essa importância era relegada a segundo plano, tanto em homens como em mulheres.

3.2 A jornada de trabalho de ribeirinhos no extrativismo do palmito e a produção capitalista

A jornada de trabalho na comunidade Santo Ezequiel Moreno nas décadas de 1970/80, sempre dependia do tempo da natureza e da demanda de palmito que era solicitada pelos “atravessadores”.

6 Para a população local, “despalhar”, significa retirar as camadas que constituem o palmito.

Tinha vez que nós saíamos as 8 horas da casa e tinha a maré. Quando a maré estava boa, quando encontrávamos palmito para conseguir uma diária, nós vínhamos cedo, e quando a gente não encontrava palmito era porque a maré estava baixa. Nós tínhamos que esperar a maré novamente subir para sair dali. Tinha essa situação. Tinha vez que a gente saía cedo, mas, chegava só de noite. Mas tinha dia que a gente saía 8 horas e meio dia já estava aqui. Depende da questão da maré (ENTREVISTADO 2, entrevistado, 22/01/2018).

Para retirar os cortes de palmito da várzea os moradores necessitavam que a maré contribuísse para o transporte que levava instrumentos de trabalho, como o terçado e o machado. Com a jornada de trabalho semanal comprometida pela maioria do tempo destinada ao palmito, havia uma clara opção pela extração do palmito em detrimento das atividades da roça. Estas eram deixadas em segundo plano: “Nós trabalhávamos segunda, terça, quarta, quinta e sexta, só parávamos sábado e domingo no palmito, não tínhamos tempo para começar nem terminar” (ENTREVISTADO 5, 18/01/2018). “Na roça trabalhávamos pouco tempo, nós nos dedicávamos quando era para plantar. No palmito era a semana toda que a gente trabalhava. Dependia muito da questão do consumo” (ENTREVISTADO 2, 22/01/2018).

As jornadas de trabalho dos moradores, nas décadas de 1970/80, eram bastante desgastantes e perigosas no extrativismo do palmito, principalmente, devido à existência de serpentes na várzea, local de extração do palmito.

Falar da extração do palmito naquele tempo é muito difícil. Eu comecei e a gente já tinha falta do palmito. Então a gente começou num período em que já tinham tirado muito palmito e entramos numa fase de que não tinha para a produção. Foi muito difícil. A gente percebe que é muito arriscado trabalhar o palmito no igapó, sem nenhuma proteção (ENTREVISTADO 2, 22/01/2018).

Os homens eram responsáveis por definir o ritmo e a duração da jornada de trabalho. Isso se dava porque eram responsáveis pela reprodução do grupo familiar e pela execução do “trabalho mais pesado”. A destinação do excedente de produção, seja do palmito ou de qualquer produto do trabalho, era pensada pelo líder do grupo familiar.

Com efeito, definiam-se os compradores do produto de determinada jornada de trabalho e a destinação da apropriação do produto do trabalho pelos membros dos grupos familiares. Uma parte da jornada de trabalho comunitário, também, era empregada para “destapar” o igarapé que dá acesso à comunidade, possibilitando, assim, a liberdade de ir e

vir e o estabelecimento de vínculos de troca de mercadorias entre “atravessadores” e comunitários (principalmente a possibilidade da troca de palmito por dinheiro).

As relações de troca de mercadorias entre comunitário e “atravessador”, principalmente, eram determinadas pelo equivalente geral: o dinheiro. O que movia os “atravessadores” era o preço do palmito abaixo do mercado – “não lembro quanto era, mas era muito pouco o que a gente ganhava por cada tira de palmito [...] hoje vale uns cinco centavos cada tira” (ENTREVISTADO 2, 17/01/2018). Para os comunitários interessava que a manutenção da vida material fosse atendida, não importava se “justo ou injusto o preço” (ENTREVISTADO 3, 25/01/2018).

Na fala do ENTREVISTADO 2 descobrimos quão “difícil era a vida antes”. Continua dizendo que “quando tinha dinheiro para comprar pano a gente ficava muito feliz, porque sabia que ia dá para fazer roupa [...] naquele tempo era muito difícil”. Isso significava que nas relações de troca muitas vezes o dinheiro não fazia parte. Contava o entrevistado que “as vezes era só pano mesmo para fazer roupa, mas valia como dinheiro [...] mas lembro que era a vovó que fazia a divisão”.

Segundo o ENTREVISTADO 6, “o atravessador acertava com o ENTREVISTADO 3, depois a gente fechava com o comprador, ele acertava para ficar comprando direto [...]. A relação com o atravessador era assim: ele dizia o preço, aí o ENTREVISTADO 3 chamava todo mundo e dizia que a gente tem que cortar o palmito [...], mas era dividido pela produção individual de cada um” (ENTREVISTADO 5, 20/01/2018).

As fábricas, mediadas pelos “atravessadores”, eram consideradas importantes à manutenção da emergente comunidade, pois consideravam a roça como “apenas para o come” (ENTREVISTADO 2, 17/01/2018). Eram as fábricas que, possivelmente, atraíam muitos “atravessadores”. “Alguns eram “atravessadores”, outros, empregados da firma” (ENTREVISTADO 5, 20/01/2018).

O atravessador comprava da gente num preço, mas, vende para o empregado da empresa a um preço maior, porque tem que ganhar o dele. Da empresa é só um preço. O dinheiro era melhor, o dinheiro era maior. Tinha mais vantagem. Antes eu vendia só pro atravessador depois vendi direto para empresa (ENTREVISTADO 3, entrevistado, 25/01/2018).

Esses compradores variavam muito. Lembro que era o João Costa que tem uma frota de barco de Breves para Portel, dono do Rio das Flores. Tinha o Ronaldo Braga, o Mário Peixoto. Depois dele era o Careca o gerente da empresa Paulúcia e uma que era o Ronaldo Braga o gerente. Tinha a Caiçara em Portel e tinha uma na Hamex, no município de Breves, atravessadores

que vinham em nome da Maiauatá. E para essas outras empresas quem vinham eram atravessadores (ENTREVISTADO 2, entrevistado, 22/01/2018).

Como não havia apenas um mediador na troca de mercadorias com a comunidade – um único “atravessador” – os preços nunca eram fixos e as relações de trabalho sempre se caracterizavam por serem bastante dinâmicas. Não havia certeza alguma, por parte dos moradores da comunidade, se existiria comprador “para os palmitos” no dia seguinte ou seria o mesmo comprador que iria negociar a retirada do palmito da várzea (ENTREVISTADO 2, 17/01/2018). Só podiam extrair a matéria-prima, portanto, se ela fosse “encomendada” (ENTREVISTADO 3, 25/01/2018).

O preço da mercadoria, nesse fluxo, não era matéria de negociação por parte dos moradores da comunidade, nem passava pela consciência de cada um o valor do palmito no mercado local e mundial. Poucas referências têm sido dadas nas entrevistas com preocupação de vender o produto pelo valor “real” de mercado.

Eles vinham aqui embarcar. Eles falavam que eles vinham buscar o palmito e íamos receber o dinheiro na fábrica. E dizia quantos palmitos tinha. Era ele que dizia o preço. Como era agora naquele tempo o cara não manda no que é dele. É porque ele não deixava a gente dar o preço da gente, porque a gente ia puxar pelo sacrifício que a gente tinha, que era mais justo (ENTREVISTADO 3, 25/01/2018, grifo nosso).

Para os comunitários de Santo Ezequiel, que viviam, cotidianamente, as negociações constantes com “atravessadores”, a venda do palmito ocasionou um certo sentimento de “segurança”, pois, eles achavam “que o palmito dava mais; a gente achava que dava para compensar porque a farinha dá muito mais trabalho do que tu ir lá tirar o palmito do mato, o retorno era mais rápido” (ENTREVISTADO 2, 22/01/2018). Essa característica estabelecida por específicas relações de trabalho chegou ao ponto, de acordo com ENTREVISTADO 2, “da gente ficar sem mandioca, sem a farinha”.

4. Discussão e síntese

Luxemburgo (1970, p. 317), confrontada pelo problema da acumulação ampliada de capital, nos ajuda a compreender que “o capitalismo aparece e se desenvolve historicamente num meio social não capitalista”. Ainda segundo a autora (ibid. p. 9), isso “depende, sobretudo, do fato de se fabricarem tão-somente produtos cuja perspectiva de realização seja

certa, isto é, que possam ser trocados por dinheiro”.

Trazendo sua reflexão para compreendermos as relações de trabalho na Amazônia, observamos que, na comunidade Santo Ezequiel, não se trata apenas da simples produção mercantil, mas, sim, do ponto de partida da produção capitalista. O avanço da lógica mercantil sobre sociedades não capitalistas, como aponta nosso estudo de caso, são essenciais para a reprodução em escala sempre ampliada de capital.

O capitalismo necessita, para sua própria existência e desenvolvimento, estar cercados por formas econômicas não-capitalistas. Não se trata, porém, de qualquer forma. Necessita de camadas sociais não-capitalistas, como mercado para colocar sua mais-valia, como fonte de meios de produção e como reservatórios de mão-de-obra para seu sistema assalariado (LUXEMBURGO, 1970, p. 317).

O desenvolvimento de relações comerciais com “os de fora” da comunidade integrava-a à dinâmica de valorização do capital, enquanto unidade de produção de mercadorias destinadas ao lucro.

Esta forma de relação comercial, baseada na extração do palmito, apenas começou a existir na comunidade devido à presença constante de “atravessadores”. Os “atravessadores” eram/são pessoas que buscavam trocar equivalentes (dinheiro por mercadorias rentáveis), geralmente, não detinham nenhum vínculo de trabalho assalariado. Eram trabalhadores autônomos que se configuravam/configuram como intermediários na produção capitalista e não capitalista. Em seu modo de pensar estava embutido o objetivo da máxima obtenção do lucro comercial, ao mesmo tempo, acabavam proporcionando o lucro de terceiros. Neste caso, mediavam as relações de troca entre o extrativista (detentor da força de trabalho e da matéria prima) e o capitalista da fábrica de palmitos.

Na sociedade capitalista, o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, pois lhe é estranho. As relações sociais capitalistas fundadas sobre a exploração do homem têm tendência a ser condicionadas pelo poder das coisas, que tudo domina e tudo subordina (MARX, 2013). Nesta sociedade, o processo de trabalho e os instrumentos para a realização do trabalho estão sob o comando direto do capital. Todavia, nas relações de trabalho não capitalistas os instrumentos de trabalho não estão sob o comando do capital. Para Rosa Luxemburgo (1970), o avanço do capitalismo sobre territórios que, ainda, não estão sob seu comando, se justifica pela necessidade de apropriação privada de matérias-primas para a produção capitalista de mercadorias.

A questão está, precisamente, em ultrapassar essa imagem inicial de homogeneidade e penetrar na complexidade das diversas áreas de produção periférica, mostrando como o componente de produção capitalista de mercadorias está sustentado em mecanismos de sobrevivência e numa contribuição de oferta de mercadorias, que se realizam em moldes não capitalistas, em que prevalece uma exploração irrestrita da força de trabalho (PEDRÃO, 2001, p. 36).

Este estudo de caso revelou que os instrumentos de trabalho eram controlados pelos moradores da emergente comunidade. Os “atravessadores” que mediavam a matéria-prima com o capitalista dono da fábrica de palmitos, compravam o produto do trabalho e não a jornada de trabalho. Nesse sentido, os moradores não eram trabalhadores assalariados, condição para a produção capitalista, mas participavam do circuito de produção do capital através de relações de trabalho que tinham objetivo, única e exclusivamente para eles, a subsistência.

Seguindo no terreno da história, Polanyi (2000, p. 162) nos faz refletir sobre o processo que ocasionou a consolidação do modo de produção capitalista. A estrutura umbilical do capitalismo se consolidava, segundo o autor, em decorrência das transformações no sistema de mercado: “o homem, sob o nome de mão-de-obra, e a natureza, sob o nome de terra, foram colocados à venda”. No caso da Amazônia, “nesta natureza o rio e a floresta são elementos integrantes, assim como elemento de uma realidade única e onde a propriedade da terra é condição preliminar do trabalho” (FIALHO NASCIMENTO, 2006, p. 95). Nesse sentido, a terra como fonte de valor é capturada pelo capital em escala sempre ampliada, fenômeno que deve ser entendido no contexto da internacionalização da economia.

A reprodução social dos comunitários dependia de relações de troca capitalistas e de determinadas jornadas de trabalho, mas mantinham, ao mesmo tempo, traços de produção não capitalista da vida material, como a roça. Nessa ótica, “a produção apoia-se no trabalho familiar ou comunitário, depende do uso imediato dos recursos, subordina-se aos ciclos naturais e tem como racionalidade, em geral, não o lucro, mas a reprodução social e cultural” (CARVALHO e GOMES, 2007, p. 4).

Este modo de vida peculiar, portanto, não se insere na lógica de valorização do capital, mas o capital consegue estender, de uma forma ou de outra, sua dominação sobre estas características. No caso específico desta comunidade, nas décadas de 1970/80, este espaço acaba se tornando uma extensão da fábrica de palmitos, gerando riqueza apropriada privadamente.

Nessa ótica, as relações de trabalho, portanto, são constituídas pela relação metabólica entre o homem e a natureza, mas que expressam contradições através do ingresso dos trabalhadores extrativistas nos processos de exploração capitalistas. Em resumo, relações de trabalho caracterizadas por vínculos familiares e de parentesco, estruturadas em crenças, tradições e costumes adquiridos do passado, reúnem múltiplas dimensões que incluem elementos técnicos, o mágico, o ritual, o simbólico que contribuíram com a acumulação ampliada de capital em determinada época histórica.

Nas décadas de 1970/80, os moradores da comunidade Santo Ezequiel Moreno não foram explorados pelo “atravessador”, mas pelo capitalista da fábrica de palmitos que transformava a matéria-prima (palmito) em mercadoria (palmito enlatado). Os trabalhadores extrativistas da comunidade eram, na verdade, uma extensão da fábrica de palmitos. Não estavam inseridos em relações imediatas de trabalho assalariado, mas, isso não significava que não eram explorados.

Não poderíamos falar de taxa de lucro do empresário da fábrica de palmito se não houvesse a extração do palmito na floresta. Ou seja, sem a realização desse tipo de trabalho especializado – extrativismo do palmito – não poderia o capitalista da fábrica de palmitos estabelecer relações no mercado de mercadorias e não poderia haver circulação das mercadorias produzidas na fábrica de palmito. Somente, assim, o capitalista da fábrica de palmitos poderia valorizar seu capital e continuar como capitalista. Somente através da exploração do trabalho, portanto, poderia aumentar seu capital.

O palmito não sai sozinho do “mato”, por livre opção. Para a realização do trabalho, os moradores da emergente comunidade necessitavam de técnicas apropriadas e instrumentos que conseguissem realizar a tarefa – retirada do palmito da floresta e transporte para a comunidade. Estes instrumentos estavam sob o comando dos comunitários. Nesse caso, os instrumentos de trabalho não estão separados de quem executa o trabalho numa condição explorada. Assim:

Apesar do imperativo da produtividade, com todas as relações que lhe são inerentes, os camponeses continuam senhores de seu tempo e de seu espaço, de modo que os tentáculos do capital os afeta na exata medida em que esses a incorporam (PAULINO, 2004, p. 9).

No caso específico da comunidade Santo Ezequiel nas décadas de 1970/80, o capitalista da indústria de palmitos não é dono dos meios de produção (instrumentos,

instalações, do valor de uso da força de trabalho, etc.). O capitalista não pagou salário aos trabalhadores extrativistas, mas possibilitou que eles obtivessem um rendimento médio que pôde variar de acordo com o preço dos bens que permitem a manutenção das relações sociais sob aquelas condições – reprodução da força de trabalho e continuidade das relações de troca estabelecidas pela mediação do “atravessador”.

O que nos interessa sublinhar é os trabalhadores que fazem parte do processo de criação de valor novo que fora apropriado por capitalistas após a realização do palmito no mercado. A necessidade de “atravessadores” manterem vínculos com os comunitários expressa a complexa necessidade que o capitalismo tem de manter relações de trabalho não assalariadas. Acreditamos que a exploração da força de trabalho realizada nesse circuito de extração do palmito, só se configurava enquanto tal porque produzia um valor acrescido durante o processo de produção da mercadoria – a extração do palmito, portanto, é o ponto de partida de todo o processo.

O extrativismo está incorporado ao subsolo da produção capitalista, justamente onde se manipulam os custos de reprodução dos trabalhadores, primeiro no modo como a grande produção controla o trabalho realizado na pequena produção; e segundo, no modo como a produção capitalista se organiza para transferir para a esfera doméstica uma parte dos custos dos trabalhadores engajados no processo de produção (PEDRÃO, 2001, p. 49-50).

Portanto, os moradores da comunidade Santo Ezequiel Moreno faziam parte de relações de trabalho que estavam sustentadas em bases não assalariadas que contribuíram com a produção de valor, também, baseadas na compra e venda de mercadorias. Assim, Wagley (1985, p. 27) estava correto em afirmar, já em 1953, que a Amazônia é uma fronteira. Atrai o interesse de grupos, “não só pelos povos que a habitam, como também por seus recursos inexplorados, suas terras ainda virgens, e o potencial que encerram para futuras colonizações”.

5. Consideração finais

Este artigo objetivou apreender as relações de trabalho na Amazônia, tendo como ponto de partida o estudo de caso da Comunidade Santo Ezequiel Moreno, no interior do município de Portel/PA, nas décadas de 1970/80.

Através de um percurso teórico-metodológico pudemos realizar um movimento de

ponto de partida e de retorno à empiria. Nesse movimento emergiu contradições que produzem o objeto.

Ao longo do texto, acompanhamos a convivência de relações de trabalho assentadas no capitalismo e aquelas atípicas do capitalismo, num mesmo espaço territorial. Essas relações dependiam da mediação de indivíduos sociais que estavam dispostos a trocar mercadorias.

Nos apropriamos da tese do avanço do capitalismo sobre espaços não capitalistas formulada por Rosa Luxemburgo (1970;1988), para expor e defender que as relações de trabalho dos trabalhadores ribeirinhos da comunidade não era apenas uma produção mercantil simples, mas, o ponto de partida da produção capitalista. Implicava, outrossim, a exposição de processos de exploração da força de trabalho ribeirinha, mediado, principalmente, por “atravessadores”.

No processo contraditório das relações de trabalho locais o “atravessador” detinha a maior facilidade de contato com a comunidade do que a empresa de palmitos. Por isso, constatamos que existia uma dupla relação comercial. Por um lado, tinha profundos vínculos de compra de mercadorias com os trabalhadores extrativistas locais, por outro, a manutenção de troca dessas mercadorias por dinheiro acrescido com capitalistas – o “atravessador” comprava palmitos dos moradores de Santo Ezequiel e vendia a um preço maior para o fabricante de palmitos.

Havia, também, o controle dos instrumentos de trabalho por parte dos trabalhadores extrativistas. Nesse sentido, afirmamos que os moradores não eram trabalhadores assalariados, condição para a produção capitalista, mas participavam do circuito de produção do capital através de relações de trabalho que tinham por objetivo, única e exclusivamente, a subsistência.

O estudo de caso da comunidade Santo Ezequiel Moreno, em determinada época histórica, mostra a convivência de relações de trabalho capitalistas e relações de trabalho atípicas ao capitalismo. Tanto esta como aquela dependia da mediação de indivíduos sociais que estavam dispostos a trocar mercadorias. A reprodução das condições sociais da comunidade, nesse período, dependia, pois, da realização de produtos do trabalho na troca por dinheiro. Em resumo, o processo de manutenção de relações de trabalho baseada na troca de mercadorias servia aos interesses dos moradores e à ampliação do lucro médio do capitalista dono da fábrica de palmitos.

As entrevistas revelaram que a extração do palmito era essencial para a reprodução das famílias que pertenciam à comunidade nas décadas de 1970/80, enquanto outras atividades laborais, não. Assim, ficava caracterizado que as atividades agrícolas estavam sempre em segundo plano, eram subsumidas por atividades de troca de mercadorias rentáveis baseadas no palmito. Nesse sentido, os moradores da comunidade Santo Ezequiel Moreno, nas décadas de 1970/80, não foram explorados pelo “atravessador”, mas pelo capitalista dono da fábrica de palmitos que transforma a matéria-prima (palmito) em mercadoria (palmito enlatado). Os trabalhadores extrativistas da comunidade eram, na verdade, uma extensão da fábrica de palmitos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. In: **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, Maio, 2004, pp. 9-32.

CARVALHO, Raimundo Sócrates de Castro; GOMES, Vera Lúcia Batista. Trabalho de extração do açaí e as condições de vida das famílias ribeirinhas: um estudo na ilha do Combu. IN: II JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, SÃO LUIZ/MARANHÃO, 2007, São Luís, Anais... São Luís/MA, 2007.

CASTRO, Edna Ramos de. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. In: *Novos Cadernos NAEA*. v. 2, n. 1. dezembro 1999, pp. 31-50.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia do Socorro. Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma compreensão da “questão social” na região. 2006. Tese de Doutorado – Centro de Filosofia e Ciências, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia do Socorro; SÁ, Maria Elvira Rocha de. Acumulação de capital e cidades na Amazônia: produção de riqueza e negação de direitos sociais. In: *O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 201-224.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**: contribuição ao estudo do imperialismo. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Estado e desenvolvimento na Amazônia**: inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. 2007. Tese de Doutorado – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2007.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOTA, Dalva Maria da *et al.* O extrativismo da mangaba é “trabalho de mulher”? Duas situações empíricas no Nordeste e Norte do Brasil. In: *Novos Cadernos NAEA*. v. 11, n. 2, p. 155-168, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiase. Sujeição da renda camponesa da terra no contexto da monopolização do território pelo capital. In: *Revista eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros. Seção Três Lagoas*. v.1, n. 1, ano 1, 2004.

PEDRÃO, F. O extrativismo e a periferia da produção: referências à experiência da Bahia desde o fim da escravidão. In: **História Econômica e História de Empresas**, v.2, 2001, p. 35-64.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro, Campos, 2000.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida *et al.* Memória, cotidiano e trabalho: notas sobre modos de vida e subjetividades na Serra do Açor, Portugal. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18 n. 2, p. 135-148, jun-set, 2015.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Editora Itatiaia LTDA, 1985.